

Jornalismo Popular no Brasil: uma história¹

Popular Journalism in Brazil: a history

Marialva Barbosa (Universidade Federal do Rio de Janeiro)

marialva153@gmail.com

Resumo: O artigo tem por objetivo mostrar os primeiros movimentos históricos na construção do jornalismo popular no Brasil, que preferimos designar como jornalismo de sensações, nos anos iniciais do século XX e que se constituiu em estratégia fundamental para a popularização dos jornais diários. O primeiro momento abordado é o da inclusão dessa tipologia narrativa nos jornais diários brasileiros, bem como as estratégias narrativas empregadas. O segundo momento diz respeito à proliferação desse jornalismo de sensações, fazendo com que já nos anos 1920 apareçam periódicos inteiramente dedicados aos “crimes sensacionais”, como se dizia na época, e a outras narrativas envolvendo as múltiplas tragédias do cotidiano.

Palavras-chave: Jornalismo; Jornalismo popular; Brasil.

Abstract: The article aims at presenting the first historic movements that led to the establishment of the Brazilian popular journalism, which we prefer to call journalism of sensations, in the beginning of the 20th century. These historic movements developed into strategic foundation and made it possible for the press to become more popular. The first moment we examine is when this type of narrative and its strategies gained space in the Brazilian daily press. The second moment we study focus on the proliferation of the journalism of sensations, which, still in the 1920s, generates a great number of papers completely dedicated to the so called “sensational crimes” as well as other narratives about daily tragedies.

Key-words: Journalism; Popular journalism; Brasil.

Há algumas décadas, tenho procurado refletir, ainda que pelas margens, sobre aquilo que se convencionou chamar jornalismo popular e prefiro qualificar como “jornalismo de sensações”.

¹ Este texto, com pequenas modificações, foi originalmente apresentado como palestra no ciclo “Pensar a Imprensa”, promovido pela Fundação Casa de Rui Barbosa, no Rio de Janeiro, Brasil, em 14 de junho de 2018.

Mais recentemente achei que os caminhos do jornalismo popular no Brasil possuíam uma rica história que mereceria ser contada.

Robert Darnton (1990) disse certa vez que a imprensa tinha uma história, embora nem sempre houvesse pesquisadores dispostos à contá-la. Essa assertiva é ainda mais emblemática quando se refere às apropriações comunicacionais dos grupos populares. Por que se importar com uma imprensa destinada a uma parcela do público que, olhares muitas vezes preconceituosos e desviantes, qualificam como “jornalismo popular” ou ainda “jornalismo sensacionalista”? Haveria uma história a ser contada sobre essa tipologia narrativa?

Em torno dessas duas questões, ensaio a construção dessas reflexões sobre a história desse jornalismo que, no senso comum, recebeu a alcunha de popular.

Pensar um jornalismo popular desconectado de uma qualificação mais ampla enseja outra série de questões que brevemente vou resumir. Em primeiro lugar, significa que o pesquisador – no caso um historiador – está através da designação e da definição, recortado um território e tratando artificialmente uma unidade que não existe *a priori*. Em segundo lugar, e ainda mais importante, significa produzir uma dicotomia, desqualificada há décadas, entre níveis hierárquicos da produção cultural, que opunham o erudito ao popular, a criação e o consumo, a realidade e a ficção, etc. Essas oposições foram desqualificadas por inúmeros estudos que tratam sob outras bases essas categorias, não como oposições, mas como integrações de produção de significados. As distinções antes consideradas como evidentes foram enfaticamente questionadas e no caso do par erudito/popular desde pelo menos a obra pioneira de M. Bakhtin (1987), quando analisa a cultura popular na Idade Média e no Renascimento a partir da obra de François Rabelais, mostrando, embora não nomeie como tal, a “circularidade da cultura”.

Será Carlo Ginzburg (1987), no notável estudo sobre Menocchio, o moleiro de Udine, da região do Friuli italiano, que irá pela primeira vez nomear as trocas recíprocas entre os indivíduos situados numa sociedade como circularidade cultural, mostrando como havia circulação de ideias naquela sociedade e como Menocchio apresentava no seu discurso argumentações do mundo erudito, aprendido nos livros aos quais teve acesso. No sentido contrário de Bakhtin, mas utilizando os mesmos fundamentos, Ginzburg irá mostrar a integração do erudito no popular, enquanto Bakhtin enxerga o popular a partir do erudito (no caso, a obra do escritor Rabelais).

Essa dicotomia artificial também deixa evidente o preconceito contra a cultura da maioria, que deveria merecer uma abordagem externa e coletiva, ao contrário da cultura de poucos, a da intelectualidade, passível de uma análise interna, individualizada, destacando-se muitas vezes a originalidade desses indivíduos como espécies de emblemas. Mesmo quando os historiadores passaram a considerar em profundidade a questão do popular, ele passou a ser definido pela diferença em relação a algo que ele não era (a literatura erudita e letrada versus a literatura popular, por exemplo) (Chartier, 2002: 48).

O que deveria ser então chamado de popular: aquilo que é criado pelo povo? O que é destinado a este mesmo povo? Como enfatiza Roger Chartier (2002: 49) esse é um falso problema, pois o

que importa é “identificar a maneira como nas práticas, nas representações ou nas produções, cruzam-se e imbricam-se em diferentes figuras culturais”. Por outro lado, há que considerar como pressuposto fundamental a “circularidade da cultura”, ou seja, a troca de influências recíprocas existente de maneira ampla entre os grupos, muitos dos quais situados em lugares económicos e culturais diferentes, o que pressupõe cruzamentos, apropriações, redefinições, num jogo particularmente complexo de produções de significados.

Há que considerar também que as estruturas narrativas do popular são formadas numa temporalidade estendida que, num fluxo, vêm do passado até o presente preservando em marcas duradouras signos de pertencimento às discursividades do mundo desses grupos. Mesclam dramas cotidianos, melodramas, estruturas que apelam a um imaginário que navega entre o sonho e a realidade. Apela muitas vezes ao grotesco e também estão circundadas por valores de uma cultura que perpassa todos os níveis da sociedade. A partir da explosão dos meios de comunicação de massa como operadores da realidade social, o popular transforma-se no massivo. E é exatamente esse processo de constituição de um jornalismo popular, como massivo, ao longo do século XX que abordaremos neste artigo.

Feito este primeiro adendo, ainda que um pouco superficial em torno da complexa questão do popular, cabe uma explicação sobre as razões que nos leva a preferir a utilização da expressão “jornalismo de sensações” ao invés de jornalismo sensacionalista. O termo sensacionalista e sensacionalismo possui diversas apropriações, sendo, grosso modo, usado, muitas vezes, como sinónimo de imprecisão, designando comumente o jornalismo que privilegia a superexposição da violência nas coberturas policiais e a publicação de fatos considerados chocantes, distorcidos, usando uma linguagem que apela para gírias, palavrões, jogos de duplo sentido (Angrimani, 1995; Amaral, 2005). Outros autores enfatizam ainda a função alienante desse tipo de notícia, atribuindo à imprensa sensacionalista uma radical mercantilização das sensações, satisfazendo as necessidades instintivas do público e fazendo-o desviar-se de sua realidade (Marcondes Filho, 1989; Serra, 1986).

Ao considerarmos essa tipologia de jornalismo como sendo de sensações, estamos enfatizando um duplo movimento: em primeiro lugar são textos que fazem eclodir sensações físicas e psíquicas, a partir do estabelecimento de vínculos com o extraordinário, com o excepcional e, sobretudo, com o inominável. São sensações que figuram em representações arquetípicas, dos melodramas, por exemplo, e em outras tipologias textuais que perduram numa longuíssima duração. Reproduzindo a vida, os gostos e os anseios dos grupos populares – formados igualmente na longa duração – essas narrativas deixam antever sensações nos dramas cotidianos que narram e nas estruturas textuais que apelam a um imaginário que navega entre o sonho e a realidade (Barbosa, 2005). Em segundo lugar, pelo fato de revelarem mitos, figurações, textualidades e modos de narrar que subsistem há séculos. São histórias que se referem aos crimes violentos, às mortes suspeitas, aos milagres, a tudo aquilo que foge à ordem,

instaurando um modelo de anormalidade. Uma anormalidade baseada numa normalidade também de ordem sensorial.

A presunção de permanências de um imaginário da longa duração que subsistem nessas narrativas, permitindo que reproduzam ainda hoje mitos de um passado imemorial, é que nos levou a enfatizar a existência do que denominamos fluxo do sensacional (Barbosa e Enne, 2005). Se nos Estados Unidos a origem do sensacionalismo – a chamada *penny press*, numa referência ao modesto preço de sua venda avulsa – é localizada no final do século XIX, no contexto de rivalidade entre o *New York World* e o *Morning Journal*, no Brasil essa tipologia de jornalismo inicia sua história também no mesmo período, quando a imprensa de grande tiragem passou a incluir nas suas páginas os chamados crimes de sensação ou as “notas sensacionais”, tal como eram chamadas na época.

Aliás, a popularização do jornalismo brasileiro – com tiragens que chegavam a 60 mil exemplares, como é o caso do *Jornal do Brasil*, nos primeiros anos do século XX -, só foi possível pela inclusão de uma série de transformações, entre as quais se destacam, no que diz respeito às mudanças de conteúdo, a inclusão de textos que atingiam um público mais vasto e se dirigiam diretamente a esse leitor imaginado e real. Em 1894, por exemplo, o mais popular jornal do Rio de Janeiro, o *Jornal do Brasil*, se orgulhava de publicar os palpites do jogo do bicho, as marchas dos cordões e blocos carnavalescos e, é claro, os crimes de sensação, que, segundo os cronistas da época, atingiam o gosto de um público mais vasto. Ser popular era conseguir transformar em leitor aqueles que até então não figuravam nesse categoria. Era ser o jornal dos caixeiros, dos balconistas, dos empregados do comércio, dos militares de baixa patente, dos trabalhadores em geral (Lobo, 1896: 16).

Assim, o principal jornal da cidade, em termos de tiragem, alardeava o fato de ser “o popularíssimo”, destacando cada vez mais em seu noticiário “os crimes sarrabulhentos, as notícias hediondas, as tragédias quotidianas” (Rio, 1987), que passam a ocupar mais da metade do seu noticiário, numa busca incessante pela ampliação do público.

Divido a breve história desse jornalismo que denominamos, não sem as ressalvas já enfatizadas, popular em três movimentos que englobam a primeira metade do século XX, revelando fatias do fluxo sensacional: o primeiro trata da emergência dessas notícias como estratégia fundamental para a popularização dos jornais nos primeiros anos do século XX; o segundo explora a emergência de uma imprensa inteiramente dedicada à temática das sensações, já no final dos anos 1920; e o terceiro mostra o acirramento desse processo em diversos periódicos nos anos subsequentes e, sobretudo, nos anos 1950, momento em que se constrói a mítica de um novo jornalismo, moderno, informativo e objetivo. Nesses três momentos, observamos não apenas a perenidade das notícias, produzindo uma espécie de contínuo entre os múltiplos textos editados ao longo de décadas, que se constituem – através da recapitulação de histórias que se repetem, se reatualizam e sem complementam – naquilo que denominamos fluxo do sensacional, mas também a forma como descrevem seres ordinários – como os leitores – que

assim constroem em torno dessa tipologia textual valores miméticos. Ora o leitor se identifica com o herói da tragédia, ora se revolta com as atitudes dos vilões. Constroem heróis patéticos, perdedores, tais como os leitores, que, mesmo em posição inferior, emergem como personagens de uma trama narrativa complexa. O final das narrativas, normalmente trágico, também introduz uma imanência, cujo começo já indica o possível desfecho. Num fluxo imemorial, esses textos reaparecem ao longo do tempo das mais diversas formas, mas sempre apelando às sensações presentes nas notícias que ficam marcadas nos sentidos fixados nos corpos dos indivíduos que tomam contato com esses personagens através de uma leitura sempre plural.

Nesse texto vou me ater aos dois momentos iniciais desse jornalismo no século XX: a eclosão primeira do jornalismo de sensações, fundamental para a popularização desses impressos, a partir do início do século passado, e o aparecimento de jornais inteiramente dedicados a essa tipologia de notícias, já no final dos anos 1920.

As notícias sensacionais invadem as publicações

Um tipo de notícia passa a ter primazia nos principais jornais diários a partir dos anos 1900. Abandonando as longas digressões políticas, tão comuns até então, os jornais passam a destacar em manchetes, em páginas inteiras editadas com profusão de ilustrações e fotografias, aquilo que eles próprios classificam como “notas sensacionais”.

As grandes massas desdenham a notícia se o político x descobriu uma fórmula ou apresentou um projeto capaz de salvar a Pátria. Mas se há uma tragédia na rua tal, com tiros, facadas, mortes, uma torrente de sangue e diversas outras circunstâncias dramáticas, as turbas se interessam, vibram, tem avidez de detalhes, querem ver os retratos das vítimas, dos criminosos, dos policiais empenhados na captura destes (*O Paiz*, 26 de junho de 1914: 1).

Para essa reflexão selecionamos uma notícia publicada em 1908, durante várias semanas, pelo jornal *O Paiz*, descrevendo “um caso sensacional ocorrido na Freguesia Rural de Inhaúma”, envolvendo a morte violenta de um velho indefeso, cuja alcunha era “Alma Grande”. Como num romance-folhetim, também o caso do assassinato de Alma Grande irá ocupar várias edições sucessivas. Na sua narrativa, o narrador-jornalista faz questão de referenciar assassinatos semelhantes, construindo um vínculo explícito com outros acontecimentos que, assim, passam a deter a mesma temporalidade narrativa. Antes mesmo de se referir ao crime do Alma Grande, o jornal faz referência a eventos análogos:

Referimo-nos ao solitário da Terra Nova, caso do assassinato do velho Medeiros, de que tratamos em edições consecutivas, acompanhando e guiando a opinião através de um inquérito difícil, verdadeiro labirinto; e o da morte de Muciú, o velho relojoeiro

de Cascadura, fato que se conservou nas crônicas de polícia por muito tempo. (*O Paiz*, 1908: 2)

A notícia possui, então, duas histórias: a do crime e a dos seus antecedentes que engloba notícias semelhantes: “Em toda a vastíssima freguesia de Inhaúma se falava de uma figura original que residia próximo à estação de Ramos, na linha estrada de Ferro Leopoldina. Essa individualidade popular era o Alma Grande.” (*O Paiz*, 6 de janeiro de 1908: 2).

O narrador jornalista conta não apenas o que efetivamente teria se passado, já que se coloca no lugar de testemunha que ouvia igualmente outras testemunhas, como também identifica no relato aspectos que já são do conhecimento do leitor: a popularidade da vítima, sua bondade, por exemplo, são destacadas no texto, tal com o território aonde vivia, particularizando detalhes que permitem a ele, leitor, também se aproximar e estabelecer vínculos com o personagem da tragédia cotidiana.

A noite já ia em meio, noite abafada, em que se percebia a aproximação da chuvarada que caía e entrou pelo dia e a noite de ontem. O ar era pesado e opaco. O velho estava metido na sua toca desde que anoitecera, como era seu costume. Despreocupado, sabendo-se justo e por isso nada temendo, atirava a sujeira de seu corpo, maltrapilho e cansado, sobre o leito imundo. (*O Paiz*, 6 de janeiro de 1908: 2).

A notícia descreve a situação como um mundo de pessoas efetivamente humanas, o que faz com que haja identificação com os sujeitos particularizados. Na descrição do dia, destacam elementos de fácil comprovação para o leitor – a chuva torrencial do noite do crime, por exemplo – apelando para a veracidade da informação. A partir daí, podem completar a atmosfera que produzirá inúmeras sensações no leitor.

O jornalista, como um narrador onisciente e onnipresente, vai recompondo a trama, anterior ao fato principal, destacando elementos que induzem à participação do leitor na apreensão de sentidos do texto. Um velho maltrapilho, cansado, num ambiente pobre sujo, enfatiza uma leitura a partir de elementos emocionais. É quase possível ao leitor visualizar o lugar aonde morava o Alma Grande. Como não sentir pena, dor, revolta, quando um “justo”, um “Alma Grande” é vítima das tragédias cotidianas?

Não eram ainda duas horas, porém, quando o Alma Grande se sentiu sacudido por braços robustos. Abriu os olhos como num pesadelo, mas não distinguiu senão dois vultos indecisos que se moviam na escuridão intensa do aposento. Ele não usava luz. O terror paralisou-lhe a língua, mas logo uma voz, com acentuada raiva, dizia-lhe:
- Onde está o dinheiro velho?

- Não o tenho ... articulou o octogenário.
- Diz ou morre!
- Sou pobre! (*O Paiz*, 6 de janeiro de 1908: 2)

Dirigindo-se a um leitor que reconhece aquela forma de narrar, produzem uma narrativa que atende à expectativa daquele público para o qual aquele mundo é familiar e real e, ao mesmo tempo, imaginado. Mesmo os que visualizam aquele mundo como distante, percebem marcas no texto que o torna próximo. A compaixão, o horror e o medo são atitudes previsíveis numa narrativa que apela a valores emocionais.

Um pobre velho indefeso, num casebre sem luz, é abruptamente acordado por dois braços robustos. O narrador coloca, lado a lado, a fragilidade e a força, a velhice e a juventude, o terror e a raiva, ou seja, os elementos indispensáveis para tornar o leitor personagem, ao se transportar para a cena do acontecimento, fosse ou não sua também aquela realidade.

Mas quando a identificação era mais próxima – por morar perto, por se sentir numa situação de inferioridade, por ser pobre e também por não ter a quem apelar – a trama se transfigura numa realidade apresentada como fantasia. Se aquele mundo real é de sonho, a sua realidade também pode ser sonhada.

Os fatos cotidianos descritos nessas notícias que envolvem crimes, desastres, roubos, incêndios, enfim, as tragédias diárias, transporta para aqueles textos uma cidade real, composta de lugares existentes e de personagens identificáveis. Compondo o seu texto a partir de um mundo, o repórter gera um novo mundo. Um mundo que mescla o real e o ficcional. Ao leitor não basta mais a edição fantasiosa, mas a edição fantasiosa da sua realidade. Essa é uma expectativa cultural existente entre o público que os jornais editorialmente se apressam em atender.

Essas tragédias urbanas passam a aparecer em profusão nos jornais diários ao longo da década de 1910. A descrição pormenorizada das cenas, ao lado da prospecção das emoções que suscitavam sentimentos os mais variados, mas sobretudo a aproximação do público com um mundo próximo, distante, real ou fantástico, são as chaves para a compreensão da composição desses textos.

Em julho de 1913, por exemplo, a grande sensação da cidade, motivo de conversas nas ruas, nos cafés, nos transportes coletivos era a “hedionda tragédia de Paula Mattos”. O *Correio da Manhã* publica durante todo o mês, sob a rubrica “os crimes de sensação”, o desenrolar daquele acontecimento que começa com o assassinato e continua com todos os passos dados pela política para localizar os criminosos.

Na matéria inicial ilustrada com cinco fotos – mostrando as janelas da água furtada por onde entrou o assassino, o seu trajeto por um terreno baldio, a casa onde estava a mulher que ouve o grito das vítimas e até mesmo o cachorro bull-dog que é amarrado pelo criminoso antes da tragédia – todos os detalhes são apresentados de tal forma que a realidade se transforma em fantasia.

Cada novo fato é acrescentado, no dia posterior, numa nova narrativa: as últimas diligências policiais, a descoberta de uma camisa ensanguentada. Nos dias que se seguem, novos elementos são introduzidos naquele enredo, como se os crimes de sensação fossem, do ponto de vista da composição, obra fantasiosa da realidade.

O desvendamento do caso introduz elementos e ingredientes das narrativas folhetinescas. "Augusto Henriques confessa finalmente ter assassinado Adolfo Freire, a mando de Maria Antônia. O jardineiro vendeu-se por 10.000\$ prometidos pela companheira da vítima".

Nos dias subsequentes o jornal continua publicando novos capítulos. Na edição de 10 de julho edita, com destaque, a foto de "uma aglomeração de populares em frente ao *Correio da Manhã* lendo um boletim". Essa leitura coletiva, realizada apressadamente entre um lugar e outro, ao passar e ver algo que chama a atenção, pressupõe uma participação de variados leitores nas opiniões suscitadas pela notícia, ali mesmo, ao discutirem as últimas informações no calor dos acontecimentos.

O jornal toma partido dos personagens da trama. Mas nem sempre o leitor assume posição homóloga. Segundo o jornal, "deixando-se empolgar inconscientemente pela obra terrível de quem se oculta no anonimato", dezenas de leitores escreveram cartas ao jornal para atacar o irmão da vítima, que, apesar de não ter aparecido na notícia como mandante do crime, aparece como culpado aos olhos desses leitores. O que os leva, mesmo com todos os esforços do jornal em imputar o crime à companheira da vítima, a formarem outra opinião?

Temos recebido dezenas de cartas sobre o crime, umas manuscritas e outras escritas à máquina, em quase todas elas, que tem uma procedência igual, existe sempre o intuito de atacar o Sr. Joaquim Freire. Felizmente, não se deixam ir pela onda pavorosa os homens de critério como se não deixaram arrastar por ela, aqueles que tem procedido as investigações policiais (*Correio da Manhã*, 10 de julho de 1913).

No instante em que desviam os olhos do texto, analisam o conteúdo impresso, relacionando-o às suas próprias vivências; no momento em que discutem as informações com outras pessoas, podem formar (e formam) juízos de valor opostos àqueles desejados pelo jornal. A leitura que esses leitores fazem é profundamente diversa do texto que ali está impresso.

Naquelas leituras, muitas emoções estão presentes. As notícias despertam fascínio, dor, volúpia. Produzem inquietação, medo, a concordância ou o sentimento oposto. Muitos sentimentos e emoções em torno de um jornalismo de sensações.

Jornais de sensação

O segundo movimento dessa particular história do jornalismo procurará mostrar como essas notícias, que ganham destaque ao longo das décadas de 1910 e 1920, passam a constituir os periódicos das sensações, isto é, jornais dedicados aos escândalos e dramas do cotidiano,

representados por *A Manhã* (1925), mas sobretudo por *Crítica* (1928), ambos criados por Mário Rodrigues nos anos 1920.

Desde os primeiros números, *A Manhã*, fundada em dezembro de 1925, destina sua última página a publicação de múltiplas tragédias. Os textos procuram se adaptar também, no que diz respeito à forma, ao gosto e aos hábitos de leitura populares: manchetes em letras garrafais resumindo em poucas palavras o drama narrado, a cena da tragédia em desenho ou em fotografia, o estilo entrecortado, os títulos seguidos de subtítulos que resumem o drama reconstruído por um repórter autorizado. Tudo sugere uma leitura entrecorta, titubeante, uma leitura de um leitor que ainda não está de todo familiarizado com as letras impressas.

Se houve um ensaio da expansão das sensações, com a criação de *A Manhã*, em 1925, três anos depois quando o mesmo Mário Rodrigues funda *Crítica*, essas já se espalham por quase toda a publicação. Desde o primeiro número, as “notas sensacionais” ocupam as páginas 1, 2, 4, 6, 7 e 8. A página 3 era destinada às notícias de esporte.

Todos os dias, cenas de horrores do mundo da vida estão nas suas páginas: incêndios, desastres, estupros, adultérios, atropelamentos, assassinatos, suicídios, entre dezenas de temas cujo foco é a miséria humana. Embora o espaço privilegiado para a publicação das principais sensações fosse a contracapa, por todas as edições qualquer tema se transvestia em “notas sensacionais”, através de uma construção narrativa que apelava para as lógicas do fluxo do sensacional.

O sucesso do jornal é retumbante. A edição do primeiro aniversário, em 21 de novembro de 1929, ostenta 40 páginas e testemunha o sucesso do empreendimento de Mário Rodrigues. O jornal atingia a extraordinária marca de 130 mil exemplares diários. Segundo a própria análise dos editores, tudo isso devia-se a adoção de novos padrões gráficos e editoriais que se chocavam “com os moldes antiquados e rotineiros da maioria de nossos periódicos”. A presença dos repórteres no calor do acontecimento, o papel de investigador do cotidiano com que são investidos, confundindo sua ação com a da polícia, é outro fator para o sucesso do empreendimento (Barbosa, 2007).

Com a criação deste grupo impávido de criaturas perspicazes e intemeratas, que revolteia por toda a cidade em corrida desordenada, buscando anotações sobre os fatos mais sensacionais, revolucionou-se a nossa capital, onde, até então, a reportagem policial era feita com imperfeição e sem o vulto que merecerem as passagens mais numerosas da vida de vertigem da grande metrópole brasileira. *Crítica*, efetivamente, implantou o sensacionalismo. Foi, aliás, ao encontro do gosto do público que se interessa avidamente pelos acontecimentos que o circunda (*Crítica*, 21 de novembro de 1929. Quinta Seção: 8).

Falando de personagens do cotidiano, em territórios muitas vezes partilhados pelo público, deixando ver expressões que fazem parte da vida da maioria, expondo cenários e pessoas que

faziam parte de um mundo comum, as notícias sensacionais remontam o universo do leitor, ao abrir espaço para narrativas ordinárias, negando o valor dos personagens lendários e célebres. Os personagens anônimos envolvidos em tramas complexas e enigmáticas do cotidiano permitem a produção de respostas igualmente emocionais.

São histórias que envolvem personagens sem passado lendário, produzindo uma espécie de correspondência entre o texto e a realidade que ela imita. Com isso vão construindo a proximidade com o leitor, ao mesmo tempo em que as imagens produzem a crença na autoridade do impresso, suprimindo a ausência da voz audível. As matérias incluem sempre imagens em profusão, recolocando o universo territorial no universo emocional do público.

O jornal, que todos os dias narrava uma peripécia extraordinária, produzindo um hiato na normalidade, seria ele próprio alvo de um desvio narrativo. No dia 27 de dezembro de 1929, após a publicação de um escândalo envolvendo Sylvania Thibau, cuja notícia na véspera insinuava uma traição, dela, uma mulher casada, acompanhada de uma ilustração que materializava uma cena apenas imaginada, Mário Rodrigues foi procurado na redação pela personagem da notícia. Como ele não estava, acompanhou-a ao gabinete Roberto Rodrigues, seu filho, ilustrador de renome no jornal. Na sequência ouviu-se um estampido, o grito e o baque do corpo no chão. Roberto tinha sido mortalmente abatido.

A tragédia de Roberto Rodrigues desencadeia num curto espaço de tempo o fim do próprio jornal. Abatido, Mário Rodrigues morreria dois meses depois. "Foi o fim de meu pai, que morria dois meses depois. A mesma bala que cravou na espinha de Roberto, ah, matou o velho Mário Rodrigues", recordaria através de seus farrapos de lembrança, Nelson Rodrigues (1977: 339) anos depois.

O último número de *Crítica*, com apenas quatro páginas, em nada se parecia com o jornal que havia causado sensações desde 21 de novembro de 1928. Numa nota lacônica estampada na primeira página explicavam aos seus leitores:

A escassez do papel em stock no Rio, a par do formidável aumento de nossa tiragem, obriga-nos a reduzir por algum tempo o número de páginas. Isso não impedirá, entretanto, de nenhum modo, que continuemos a oferecer ao público um completo serviço de reportagem sobre os acontecimentos políticos do momento. Com esse objetivo, resolvemos consagrar as nossas edições quase que inteiramente, ao movimento atual e, bem assim, decidimos enviar, dentro de breves dias, para a frente de batalha, um correspondente de guerra, que fornecerá diretamente aos leitores de *Crítica* informações completas e detalhadas sobre as operações. (*Crítica*, 24 de outubro de 1930: 1).

No dia seguinte, entretanto, os leitores de *Crítica* não mais a encontraram nem nas bancas e nem nas mãos dos pequenos jornaleiros. *Crítica* emudecera para sempre.

Considerações Finais

Quais os rumos que tomam o jornalismo de sensações no Brasil nas décadas seguintes? Ainda carente de uma análise mais aprofundada, podemos dizer que nos anos 30/40 do século XX, há duplo movimento: a pulverização das notas sensacionais pelos periódicos de maneira geral e uma espécie de contaminação das estratégias narrativas do sensacional em outras temáticas, como aquelas de natureza política. As maneiras de narrar desses modos populares invadem de maneira diversificada os cenários noticiosos em diversos jornais.

Talvez o exemplo mais contundente seja do jornal popular da cadeia Diários Associados, *Diário da Noite*, vespertino fundado, em 1929, por Assis Chateaubriand. Nele, as estratégias das sensações se espalham por todos os tipos de notícias, privilegiando-se construções de cenários nos quais os apelos às hipérboles, à personificação ampliada de personagens, à singularidade das descrições das tramas assumem os modos de narrar.

Nas duas décadas seguintes, isto é, nos anos 1940/50, na esteira da modernização dos processos jornalísticos da imprensa, sobretudo nos grandes centros brasileiros, também os diários que fazem das sensações mola mestra da sua construção textual procuram introduzir as premissas do chamado "novo jornalismo". Os exemplos mais contundentes desse tipo de produção editorial são, sem dúvida, *Luta Democrática*, fundada pelo lendário Tenório Cavalcanti, em 1954, e *Notícias Populares*, que circula em São Paulo, a partir de 1963. Cabe ainda um adendo para a referência ao jornal fundado por Samuel Wainer, em 1951, que também se vale de múltiplas estratégias para atingir um público cada vez mais massivo.

Entretanto, na linha de continuidade que estamos estabelecendo para definir o chamado jornalismo de sensações, *Última Hora*, ao mesmo tempo, se aproxima e se distancia do tipo de formulação narrativa dominante nessas publicações. Por outro lado, os compromissos de natureza política que possuía, levava-o a revestir até mesmo notícias do universo da política com marcas narrativas das sensações.

Esse mesmo movimento pode ser observado ao longo da década seguinte. Para finalizar essa exposição, a propósito de um acontecimento monstro que este ano faz 50 anos, o Ato Institucional n. 5², mostro três páginas do jornal *Luta Democrática*: a da véspera do AI-5, no dia da promulgação do ato discricionário e a do dia seguinte.

² O Ato Institucional n. 5, promulgado em 13 de dezembro de 1968, significou o recrudescimento das medidas discricionárias implantadas no Brasil com o Golpe de abril de 1964. Implantando medidas ditatoriais extremas, inaugurou um período de mais completa ausência das garantias individuais e das liberdades, incluindo a de expressão. O Presidente da República estava autorizado, sem qualquer apreciação judicial a decretar o recesso do Congresso Nacional, intervir nos estados e municípios, cassar mandatos parlamentares, suspender os direitos políticos de qualquer cidadão, decretar o confisco de bens e suspender a garantia do habeas-corpus.

Espectacular derrota do Governo na Câmara

NEGADA LICENÇA PARA PROCESSAR MÁRCIO!

Seis iniciados 12 horas com o atendimento dos componentes da Guarnição correspondente à unidade de destino em quando receberam os seus respectivos componentes do lote 1 e componentes do Poder Judiciário, ainda obedecendo à modalidade de vigência, porém com a antecipação de prazo para o seu atendimento das fichas pessoais vindoras. Quanto ao pagamento das respectivas parcelas introduzidas nos últimos meses.

VIOLENTOU 30 LOUCAS

LUTA DEMOCRÁTICA
Preço NR\$ 0,20

Tarado montou um harém no hospício

Adeus, amigos

Desprezado pela jovem apelou para o revólver

BALEOU A NORMALISTA E DEU 2 TIROS NO PEITO

ERAM NOIVOS E ELA ROMPEU HÁ 15 DIAS

Washington e Hanoi acertam o passo em Paris

CONTEC diz que greve dos securitários será por responsabilidade dos patrões

O funcionalismo receberá mês de dezembro 2ª feira

prossigam normalmente com o atendimento dos componentes da Guarnição correspondente à unidade de destino em quando receberam os seus respectivos componentes do lote 1 e componentes do Poder Judiciário, ainda obedecendo à modalidade de vigência, porém com a antecipação de prazo para o seu atendimento das fichas pessoais vindoras. Quanto ao pagamento das respectivas parcelas introduzidas nos últimos meses.

Mais dois margulhados mortos na Balçada

CRIVADO DE BALAS E QUEIMADO VIVO!

LUTA DEMOCRÁTICA
Preço NR\$ 0,20

PRESIDENTE PROMULGOU NOVO ATO INSTITUCIONAL

Assassinado o "rei" da caíca

Salário-mínimo com arrocho em 1969 desagrada aos líderes dos operários

Brasil hoje contra os vice-campeões mundiais

"Esquadrão" massacrado marginal levou o corpo e lavou calçada!

Depois de tremenda carraspana

CASAL DE AMANTES MATOU O AMIGO!

Dez facadas na altura do "relógio"

LUTA DEMOCRÁTICA
Preço NR\$ 0,30

"Estourado" o cassino e presos fiáveis!

Tenório na Granja São José

Vietcongque prepara fulminante ofensiva contra Saigão

Tribunal julgará aumento dos comerciários no próximo dia 19

Luta Democrática, 13, 14 e 15 de dezembro de 1968, p. 1

Fonte: Hemeroteca da Biblioteca Nacional do Brasil

Na véspera, o jornal ensaia a prerrogativa do acontecimento político, que pela veia das sensações devia se espetacularizar, e só assim poderia fazer parte do cardápio narrativo da primeira página. Antecedendo a manchete "Violentou 30 loucas", anunciam no subtítulo a "Espectacular derrota do Governo na Câmara". E explicam a imprevisibilidade da derrota – o que a torna espetacular – através do ponto de exclamação acrescentado ao título "Negada licença para processar Márcio!".

No dia seguinte, a manchete anuncia em letras garrafais, tomando quase toda a primeira página, a promulgação do AI-5, chamado de novo ato institucional. Afinal, só no futuro passaria a ser designado por um número, cabendo nessa redução narrativa todas as ações discricionárias que ele introduziu.

E, por fim, no dia seguinte, não há mais na primeira página nenhuma menção ao recrudescimento do regime de exceção no país. A normalidade narrativa do jornal, destacando crimes violentos, nudez explícita e outras tramas editoriais, está de volta. O pretexto das sensações é aqui usado para provocar o esquecimento deliberado do acontecimento monstro: o AI-5 deveria ser definitivamente apagado das possibilidades narrativas de muitos jornais. Só espero que jamais seja apagado das nossas memórias.

Bibliografia

AMARAL, M. F. (2005): "Sensacionalismo, um conceito errante." Texto apresentado no GT Estudos de Jornalismo no XIX Encontro Anual da COMPOS, UFF, Niterói.

- ANGRIMANI, D. (1995): *Espreme que sai sangue: um estudo do sensacionalismo na imprensa*. São Paulo, Summus.
- BAKTHIN, M. (1987): *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento*. O contexto de François Rabelais. São Paulo, Hucitec.
- BARBOSA, M. e ENNE, A. L. (2005): O jornalismo popular, a construção narrativa e o fluxo do sensacional. *Revista ECO-PÓS*, v. 8, n. 2, pp.67-87.
- BARBOSA, M. (2005): Jornalismo popular e sensacionalismo. In: *Verso e Reverso*. Revista de Comunicação, n. 39, pp. 1-8.
- BARBOSA, M. (2007): *História cultural da imprensa (1900-2000)*. Rio de Janeiro, MauadX.
- CHARTIER, R. (2002): *À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietudes*. Porto Alegre, Editora da UFRGS.
- DARNTON, R. (1990): *O beijo de Lamourette. Mídia, cultura e revolução*. São Paulo, Companhia das Letras.
- GINZBURG, C. (1987): *O queijo e os vermes*. São Paulo, Companhia das Letras.
- LOBO, C. (1896): *Como se faz o Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, Of. de Obras do Jornal do Brasil.
- MARCONDES FILHO, C. (1989): *O capital da notícia: jornalismo como produção social de segunda natureza*. São Paulo, Ática.
- RIO, J. do (1987): *A alma encantadora das ruas*. Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura.
- RODRIGUES, N. (1977): *O reacionário. Memórias e confissões*. Rio de Janeiro, Record.
- SERRA, A. (1986): *O desvio nosso de cada dia. A representação do cotidiano num jornal popular*. Rio de Janeiro, Dois Pontos.